

Crimes contra as relações de consumo⁽¹⁾

Nelson Nery Júnior ^(*)

Procurador de Justiça – SP

1 – Introdução

Sinto-me honrado em poder, em nossa Faculdade de Direito da PUC-SP, na semana comemorativa da data da fundação da Escola, carinhosamente chamada de “Semana do 22 de Agosto”, discorrer sobre a parte penal do Código de Defesa do Consumidor, matéria pouco versada em nossa doutrina e de ocorrências não muito frequentes em nosso dia-a-dia, conforme se percebe da escassa jurisprudência existente a respeito. O que me levou a procurar falar deste tema na noite de hoje foi a notícia há pouco publicada na imprensa paulista, sobre o funcionamento da Delegacia de Crimes contra a Economia Popular, sob a sugestiva manchete de O caçador de engravatados ⁽²⁾

O questionamento a respeito da proteção penal das relações de consumo, envolvendo a efetividade da repressão penal do Código de Defesa do Consumidor e das leis penais em geral será o objetivo da palestra de hoje. Como não teríamos tempo suficiente para analisar toda a parte penal do CDC e das leis penais extravagantes, cumpre-nos falar sobre a filosofia da proteção penal das relações de consumo e examinar apenas dois tipos penais, que nos parecem de suma relevância no sistema de defesa do consumidor, que são os crimes de publicidade enganosa, previstos no art. 67 do CDC, e o de venda, exposição, manutenção em depósito para vender ou expor à venda e entrega de matéria-prima ou mercadoria em condições impróprias ao consumo (art. 7º, nº IX, da Lei Federal nº 8 137, de 27.12.1990).

2 – Sistema de proteção penal do consumidor

Poder-se-ia pensar que a criminalização de alguns atos praticados pelo fornecedor em detrimento do consumidor não devesse ocorrer, já que as puni-

(*) Professor Titular da Faculdade de Direito da PUC-SP – Coordenador de Direito das Relações de Consumo nos Cursos de Pós-Graduação da PUC-SP – Co-Redator do Anteprojeto do Código de Defesa do Consumidor.

(1) Palestra proferida na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em 15 de agosto de 1995.

(2) Reportagem de capa da revista “Veja São Paulo”, de 3 5 1995 (semana de 1a 7 de maio de 1995), sob o título de “O homem que trancafiava empresários (Como atua o delegado do consumidor que prende em flagrante um colarinho-branco por dia)”, págs 12-19. A reportagem analisa o trabalho do Delegado de Polícia Titular da 2ª Delegacia de Crimes contra a Economia Popular de São Paulo, Dr. João Mizziara. Notícia semelhante sobre a mesma Delegacia e o mesmo Delegado de Polícia já fora dada pela revista “Isto É” de 15 3 1995, págs 74/75.

ções civis e administrativas já seriam suficientes para a proteção dos direitos violados. De outra parte, há certa condescendência da sociedade e do legislador para com a criminalidade de elite (crimes do colarinho branco, crimes de consumo etc.), ao passo que não há a mesma tolerância quanto à delinquência tradicional ⁽³⁾

Ao lado dessa circunstância, o consumidor nem sempre é estimulado a denunciar as fraudes contra ele cometidas, ou por achar que ela é pequena e não compensa o trabalho que terá com a denúncia e suas conseqüências, ou porque não acredita na justiça como um todo. Do ponto de vista do fornecedor, quase sempre é para ele compensador pagar a multa ou a indenização decorrente de uma demanda ou reclamação, no lugar de parar com a prática abusiva ou ilegal.

Por estas razões é necessário que haja repressão penal contra algumas práticas mais graves cometidas pelo fornecedor contra as relações de consumo, de modo a inibir e mesmo a fazer cessar referidas práticas. Só com a criminalização dessas práticas é que se poderá tentar alcançar grau razoável de efetividade na proteção do consumidor.

A lei de proteção à economia popular (Lei nº 1 521, de 26.12.1951) tem como bem jurídico protegido a economia popular. O Código Penal contém normas de proteção indireta e parcial ao consumidor (arts. 267 e segs.), mas o bem jurídico penalmente tutelado, no particular, é a saúde pública. A proteção penal das relações de consumo é feita, de forma indireta e incompleta, por essas duas normas legais.

Mas foi o Código de Defesa do Consumidor a primeira lei brasileira que tutela, efetivamente, o bem jurídico relação de consumo, como se pode verificar já do texto expresso de seu art. 61 (“constituem crimes contra as relações de consumo...”) Em seguida à promulgação do CDC, sobreveio a Lei nº 8 137, de 27.12.1990, que protege penalmente os bens jurídicos ordem tributária e econômica e as relações de consumo. Portanto, duas são as leis penais de repressão aos crimes praticados contra as relações de consumo ⁽⁴⁾

Relação de consumo é a relação jurídica formada entre fornecedor e consumidor, tendo por objeto produto ou serviço. Todos os elementos da relação de consumo têm definição e caracterização previstas no texto do Código de Defesa do Consumidor.

(3) JOSÉ GONZALES RUS, “Los intereses economicos de los consumidores (Protección penal)”, Madrid, 1986, pág. 36.

(4) DAMÁSIO E. DE JESUS, “Nova visão da natureza dos crimes contra as relações de consumo”, in “Revista dos Tribunais”, v. 696, pág. 305; MARCO ANTONIO ZANELATO, “O direito penal econômico e o direito penal de defesa do consumidor como instrumentos de resguardo da ordem pública econômica”, in “Revista de Direito do Consumidor”, v. 5, São Paulo, 1993, pág. 158.

Os sujeitos da relação de consumo são os consumidores e os fornecedores. São consumidores: a) as pessoas físicas ou jurídicas que adquirem produto ou se utilizam de serviço como destinatárias finais (CDC 2º caput – conceito-padrão); b) a coletividade de pessoas que intervieram ou que estejam propensas a intervir na relação de consumo (CDC 2º parágrafo único); c) as vítimas do acidente de consumo (CDC 17); d) as pessoas expostas às práticas comerciais, publicidade, cobrança de dívidas e às práticas contratuais previstas no Código (CDC 29). Observe-se que o elemento teleológico “como destinatário final”, só integra o conceito-padrão de consumidor (CDC 2º caput), sendo irrelevante e estranho aos demais conceitos de consumidor. São fornecedores todos aqueles que exercem atividade econômica no mercado de consumo, como se pode extrair do conceito analítico do CDC 3º caput.

São objeto da relação de consumo o produto e o serviço. Produto é todo e qualquer bem, material ou imaterial, móvel ou imóvel (CDC 3º § 1º). Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, ainda que indireta (CDC 3º § 2º).

É essa relação jurídica – relação de consumo – que é protegida e regulada, de forma integral, pelo Código de Defesa do Consumidor. No aspecto penal, a proteção legal existe, como já afirmamos, pela definição dos tipos penais de crimes contra as relações de consumo, estatuídos no CDC 61 e segs. e no art. 7º da Lei nº 8.137/90.

3 – Crime de publicidade enganosa (CDC 67)

O art. 67 do CDC dispõe ser crime contra as relações de consumo “fazer ou promover publicidade que sabe ou deveria saber ser enganosa ou abusiva”, punindo-o com a pena de detenção de três meses a um ano e multa.

Constitui direito básico do consumidor a proteção contra publicidade enganosa ou abusiva (CDC 6º IV), de sorte que a lei sanciona como ilegal esse tipo de publicidade, definindo-a no CDC 37. Assim, o elemento subjetivo do injusto “enganosa ou abusiva” é preenchido com o próprio conceito legal de publicidade enganosa, fechando-se o tipo penal.

Trata-se de crime formal e de perigo,⁽⁵⁾ pois o tipo penal não exige nem prevê o resultado como elemento integrante do crime, sendo desnecessária a obtenção de vantagem com a veiculação da publicidade enganosa, bem como é irrelevante que o consumidor tenha sido efetivamente ludibriado para a consu-

(5) Neste sentido: JOSÉ GERALDO BRITO FILOMENO, “Manual de Direitos do Consumidor”, São Paulo, 1991, pág. 133; EDUARDO PELLEGRINI DE ARRUDA ALVIM, “Código do Consumidor Comentado”, 2ª ed., São Paulo, 1995, pág. 303; PAULO JOSÉ DA COSTA JÚNIOR, “Comentários ao Código de Proteção do Consumidor”, São Paulo, 1991, pág. 237.

mação do crime.⁽⁶⁾ Basta para caracterizá-lo a mera potencialidade de a publicidade poder induzir o consumidor em erro.

Havendo o prejuízo, pode-se falar em concurso formal entre o crime de publicidade enganosa (CDC 67) e o de estelionato (CP 171), nada obstante tratar-se de ofensa a bens jurídicos diversos (relação de consumo e patrimônio).⁽⁷⁾

O crime só é punido a título de dolo. Há o dolo direto quando o agente sabe que a publicidade é enganosa. Quando, por dever de ofício, deveria saber ser enganosa a publicidade, o fato é punido a título de dolo eventual.⁽⁸⁾ Sabido que no direito penal os crimes punidos a título de culpa devem sê-lo de forma expressa (CP 18), não se pode falar em presunção de culpa quando o agente deveria saber ser enganosa a publicidade.⁽⁹⁾ Trata-se, na verdade, de dolo indireto, de perigo, na modalidade eventual.

Podem ser sujeitos ativos do crime o fornecedor (anunciante), o publicitário e o veículo. Todos eles fazem ou promovem a publicidade enganosa. O publicitário é quem realmente faz a publicidade, isto é, quem cria, realiza, confecciona. O anunciante e o veículo promovem a publicidade, isto é, executam-na, põem-na em prática. Todos podem, portanto, ser sujeitos ativos do crime de publicidade enganosa.

Sujeito passivo é o consumidor, isto é, todo aquele que estiver exposto à prática publicitária (CDC 29).

(6) PAULO JOSÉ DA COSTA JR., “Comentários”, cit., pág. 237.

(7) Neste sentido: EDUARDO ARRUDA ALVIM, “CDC Coment”, cit., págs. 303/304, citando acórdão do TACrimSP que admitiu concurso formal entre crimes de natureza diversa: “sendo uma única a ação do agente, embora violando bens jurídicos diferentes, tem-se como configurado um concurso formal de infrações” (RT 489/354).

(8) DAMÁSIO E. DE JESUS, “Dolo e culpa no Código de Defesa do Consumidor”, in “Revista de Direito do Consumidor”, v. 1, São Paulo, 1992, pág. 100 e segs.; EDUARDO ARRUDA ALVIM, “CDC Coment”, cit., pág. 307.

(9) Neste sentido, dizendo que o tempo verbal (futuro do pretérito) para a ação “deveria saber”, caracteriza presunção de culpa, isto é, *dolus in re ipsa*, que não deveria ter sido acolhida pelo CDC: PAULO JOSÉ DA COSTA JR., “Comentários”, cit., pág. 238. O tempo verbal não é relevante aqui, como pretende ver o ilustre penalista. Examinando o tipo penal do CP 174, que fala em “devendo saber”, Nelson Hungria diz tratar-se de dolo eventual e não de mera presunção de culpa, como à primeira vista pode sugerir a interpretação mais apressada do texto (NELSON HUNGRIA, “Comentários ao Código Penal”, v. VII, 4ª ed., Rio de Janeiro, 1980, pág. 271). A conduta é punida pela lei, fato não negado pelo ilustre crítico. No entanto, como o CP 18 não admite a punição a título de culpa quando não haja expressamente essa previsão no tipo penal e, tendo em vista que o CDC 67 pune o agente que “deveria saber” ser enganosa a publicidade, a única interpretação plausível para essa punição é que o dolo ali previsto é eventual, como corretamente entendem Damásio E. de Jesus e Eduardo Arruda Alvim, citados na nota anterior. Entendendo tratar-se de fato punido a título de culpa *stricto sensu*: ALBERTO ZACHARIAS TORON “Aspectos penais do Código de Defesa do Consumidor”, in “Revista do Advogado”, nº 33, São Paulo, 1990, págs. 69/75.

O crime se consuma quando for feita ou promovida a publicidade enganosa, independentemente do resultado, pois o crime é de natureza formal.

4 – Crime de vender ou ter em depósito matéria-prima ou mercadoria imprópria ao consumo (Lei nº 8.137/90 7ª IX).

O art. 279 do Código Penal, revogado expressamente pelo art. 23 da Lei nº 8.137/90, dispunha sobre o crime de substância avariada e encontrava-se redigido da seguinte forma:

“Art. 279 Vender, ter em depósito para vender ou expor à venda ou, de qualquer forma, entregar a consumo substância alimentícia ou medicinal avariada. Pena – detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, ou multa”

O art. 62 do Código de Defesa do Consumidor, que foi vetado pelo Presidente da República, tinha o seguinte texto:

“Art. 62. Colocar no mercado, fornecer e expor para fornecimento produtos ou serviços impróprios

Pena – detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos e multa.

§ 1º Se o crime é culposo:

Pena – detenção de 3 (três) meses a 1 (um) ano ou multa.

§ 2º As penas deste artigo são aplicáveis sem prejuízo das correspondentes à lesão corporal culposa e à morte”

O veto presidencial foi do seguinte teor: “em se tratando de norma penal, é necessário que a descrição da conduta vedada seja precisa e determinada. Assim, o dispositivo afronta a garantia estabelecida no art. 5º, XXXIX, da Constituição”⁽¹⁰⁾

A Lei nº 8.137/90 fez ressurgir, em certa medida, o texto vetado ao dispor ser crime contra as relações de consumo:

“Art. 7º Constitui crime contra as relações de consumo:

(...)

IX – vender, ter em depósito para vender ou expor à venda ou, de qualquer forma, entregar matéria-prima ou mercadoria, em condições impróprias para o consumo.

Pena – detenção de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, ou multa.

Parágrafo único. Nas hipóteses dos incisos II, III e IX, pune-se a modalidade culposa, reduzindo-se a pena de detenção de 1/3 (um terço) ou de multa à quinta parte”

(10) O texto dos vetos se encontram no “Código de Defesa do Consumidor e Legislação Correlata”, publicação da Secretaria de Defesa do Consumidor do Estado de São Paulo, São Paulo, 1991, págs. 37/44.

Contrariamente do que dispunham o CP 279 e o CDC 62 vetado, o tipo penal do art. 7º, nº IX, da Lei nº 8.137/90 pune o crime praticado sob a modalidade culposa (Lei nº 8.137/90, art. 7º parágrafo único).

As razões do veto presidencial ao CDC 62, de que haveria ofensa ao princípio da anterioridade e da legalidade por não haver no tipo penal a conceituação de produto impróprio para o consumo, restaram superadas com a edição do art. 7º, nº IX, da Lei nº 8.137/90.

Primeiro porque o CDC 18 § 6º define os produtos impróprios para o consumo, como sendo: I – os que têm prazo de validade vencido; II – os que estejam deteriorados, alterados, adulterados, avariados, falsificados, corrompidos, fraudados, nocivos à vida ou à saúde, perigosos, ou, ainda, aqueles em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação; e III – os que, por qualquer motivo, se revelem inadequados ao fim a que se destinam. Assim, não haveria falta de definição legal nem ofensa à CF 5ª XXXIX.

Em segundo lugar porque, ainda que não houvesse a definição do CDC 18 § 6º: a) haveria norma penal em branco, que poderia ser preenchida por regulamento administrativo, como é curial no direito penal; ou, ainda, b) a expressão “produtos impróprios para o consumo”, constituir-se-ia em elemento normativo do tipo, caracterizando tipo penal anormal, corriqueiro no direito penal.

Daí a razão por que entendemos que não procedem as críticas feitas ao CDC 62, apoiando o incorreto veto presidencial,⁽¹¹⁾ nem procedem as objeções ao art. 7º, nº IX, da Lei nº 8.137/90, de que o CDC 62 teria ressurgido inexplicavelmente sob a forma de um “tipo aberto e incompatível com a garantia da *lex certa*”⁽¹²⁾

Quanto ao sujeito ativo, o novo tipo penal do art. 7º, nº IX, da Lei nº 8.137/90 é mais restrito do que o do revogado art. 279 do Código Penal que, por tutelar a saúde pública como bem jurídico, permitia que qualquer pessoa pudesse ser sujeito ativo do crime de substância avariada.

Pode ser sujeito ativo do crime previsto no art. 7º, IX, da Lei nº 8.137/90, o fornecedor de um modo geral, ou seja, aquele que, na relação de consumo, esteja praticando atividade econômica no mercado de consumo. É imprescindível

(11) Apoiando o veto e criticando o CDC 62, MANOEL PEDRO PIMENTEL, “Aspectos penais do Código de Defesa do Consumidor”, in “Revista dos Tribunais”, v. 661, págs. 250/251.

(12) ALBERTO ZACHARIAS TORON, “Aspectos penais da proteção ao consumidor”, in “Direito Penal e Empresarial: tributário e das relações de consumo”, coordenado por Valdir de Oliveira Rocha, São Paulo, 1995, pág. 24.

dível que haja, ou esteja na iminência de haver, relação de consumo, senão não é possível, nem mesmo em tese, o cometimento do crime, que é praticado contra a relação de consumo, ao contrário do crime do CP 279, que era praticado contra a saúde pública.

Conseqüentemente, dois podem ser os sujeitos ativos do crime ora analisado: a) o fornecedor-comerciante (vender, ter em depósito para vender ou expor à venda); b) o fornecedor-produtor (entregar matéria-prima).

Os crimes contra as relações de consumo podem ser divididos em “crimes de consumo próprios” e “crimes de consumo impróprios”.⁽¹³⁾ Nos crimes de consumo impróprios se encontram os crimes acidentalmente de consumo e os reflexamente de consumo. Para Benjamin, o crime do art. 7º, nº IX, da Lei nº 8.137/90 é reflexamente de consumo (impróprio), porque protege também aquele que adquire a matéria-prima como intermediário, *verbis*:⁽¹⁴⁾

“Do mesmo modo, nessa categoria (crime impróprio, reflexamente de consumo) se incluem os crimes definidos na Lei nº 8.137, de 27.12.90. Embora o art. 7º desta última afirme tratar de delitos ‘contra as relações de consumo’, o estatuto, como um todo, não sofre os limites conceituais dos arts. 2º e 3º do CDC. Seus tipos protegem, a um só tempo, o consumidor e o próprio fornecedor (profissional). Portanto, a noção de relação de consumo lá tem uma amplitude maior que no CDC, valendo tanto para as transações ‘finais’ (o consumidor como destinatário final) como também para as ‘intermediárias’. Tal abrangência fica bem clara no art. 7º, IX, em que se menciona, expressamente, o vocábulo matéria-prima”.

Quem “entrega” (é o verbo da lei) matéria-prima imprópria para o consumo é o que “comercializa” essa mesma matéria-prima, vale dizer, o produtor que a vende para a indústria. Essa é também a interpretação de Zanellato, que diz: “comercializar produtos impróprios ao consumo (art. 7º, IX, da Lei nº 8.137/90) representa uma atuação contrária ao regular funcionamento do mercado e um perigo grave para a saúde do consumidor”.⁽¹⁵⁾

A indústria, portanto, está também protegida por esse tipo penal, porque não lhe pode ser vendida pelo produtor matéria-prima imprópria para o consumo.

A indústria alimentícia, por exemplo, quando adquire matéria-prima diretamente do produtor, não pratica relação de consumo, mas relação co-

(13) A divisão é de ANTONIO HERMAN DE VASCONCELLOS E BENJAMIN, “O direito penal do consumidor: capítulo do direito penal econômico”, in “Revista de Direito do Consumidor”, v. 1, São Paulo, 1992, pág. 113.

(14) ANTONIO HERMAN DE VASCONCELLOS E BENJAMIN, ob. ult. cit., pág. 115.

(15) MARCO ANTONIO ZANELATO, ob. ult. cit., pág. 153.

mercial. Somente haverá relação de consumo, quando, depois da transformação da matéria-prima em produto, este for colocado no mercado de consumo sob a forma, normalmente, de venda ao comerciante para revender ao consumidor final.

Pela abrangência do texto do art. 7º, nº IX, da Lei nº 8.137/90, a indústria é protegida contra o produtor rural que lhe vende matéria-prima imprópria para o consumo, ou melhor, para o insumo (para transformação).

Se o produtor rural não celebra com a indústria negócio jurídico de consumo, mas sim comercial, essa relação jurídica não é regulada pelo CDC, donde é lícito concluir que não está a indústria obrigada a cumprir os preceitos do CDC, notadamente o do art. 31, que determina sejam rotulados os produtos com prazo de validade, ainda porque não há “produto”, que somente será fabricado depois da transformação da matéria-prima. Assim, seria um contra-senso o CDC proteger o consumidor do “produto”, mesmo antes do “produto” ser fabricado!

O crime do art. 7º, nº IX, da Lei nº 8.137/90 só se configura quando o comerciante, o industrial ou o produtor vende, tem em depósito para vender, expõe à venda ou entrega matéria-prima ou mercadoria em condições impróprias ao consumo.

Como a matéria-prima estocada pela indústria não é exposta à venda ao consumidor, mas utilizada tão somente na transformação para que seja elaborado o produto final, a atividade da indústria de manter em estoque matéria-prima não pode, nem em tese, configurar o crime do art. 7º, nº IX, da Lei nº 8.137/90, já que não é realizado o núcleo do tipo (ter em depósito para vender, entregar ao consumo etc.).

Além do dolo genérico, isto é, intenção deliberada de vender, ter em depósito para vender, entregar a consumo a matéria-prima imprópria para o consumo, na modalidade “ter em depósito” deve estar comprovada a existência do elemento subjetivo do tipo, consistente na finalidade de vender o produto ou a matéria-prima imprópria para o consumo (ter em depósito para vender, entregar ao consumo).⁽¹⁶⁾

Em razão de a matéria-prima ser de uso exclusivo da indústria, que a transformará no produto final, não configurando relação de consumo a manutenção dessa matéria-prima em depósito da indústria, está ela desobrigada de afixar no recipiente de matéria-prima prazo de validade desse material, não incidindo na espécie o CDC 31. As exigências dessa norma não se aplicam às

(16) DAMÁSIO E DE JESUS, “Código Penal Anotado”, 4ª ed., São Paulo, 1994, comentários ao art. 279, pág. 725.

matérias-primas mantidas em estoque pelas indústrias para e na utilização de seus produtos, pois essas matérias-primas não se destinam à venda direta ao consumidor, porquanto são transformadas em "produto final", este sim objeto de futura e eventual relação de consumo.

Aliás, é importante frisar que a impropriedade do produto ou matéria-prima para a venda não é aferível apenas pelas circunstâncias mencionadas no CDC 18 § 6º, onde ressalta a primeira hipótese (prazo de validade vencido). Para que se configure o crime do art. 7º, nº IX, da Lei nº 8.137/90, é preciso que haja a efetiva avaria do produto, que deve ter ocorrido por ação natural e não por ação humana.⁽¹⁷⁾ O CDC 18 § 6º contém presunção relativa (*juris tantum*) de impropriedade do produto, que pode ser ilidida diante de prova em contrário.

Já se manifestou o Egrégio Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo sobre o revogado art. 279 do Código Penal, de redação semelhante à do art. 7º, nº IX, da Lei nº 8.137/90, que "não se comprovando que a substância alimentícia deteriorada esteja em depósito para venda ou entrega a consumo, o delito tipificado no art. 279 do Código Penal não se configurará".⁽¹⁸⁾

Caso seja elaborado produto industrial, com matéria-prima avariada, e exposto à venda, vendido, mantido em depósito para venda, ou entregue esse produto ao consumo, a indústria responde integralmente pelos danos que causar ao consumidor, de acordo com o art. 18 do CDC. Antes de haver produto final, não pode ser cometido crime de colocar produto impróprio no mercado de consumo.

Somente responderia a indústria, em tese, pelo crime do art. 7º, inciso IX, da Lei nº 8.137/90, se mantivesse em estoque matéria-prima para venda. Isto, de ordinário, não ocorre na atividade da indústria que tem em suas instalações, normalmente, loja de venda a varejo, mas, frise-se ainda uma vez, de produto final destinado à venda ao consumidor.

O fato de as indústrias alimentícias manterem em seus estoques matéria-prima para transformação, sem que nos recipientes respectivos haja prazo de validade dessas matérias-primas, não configura o crime previsto no art. 7º, inciso IX, da Lei nº 8.137/90, porque não realizado, nem em tese, o núcleo do tipo penal (vender, expor à venda, manter em depósito para venda, entregar).

Não é possível caracterizar-se como relação de consumo a simples manutenção da matéria-prima no estoque da indústria também porque o recinto da

(17) RJTJSP 95/400; RTJ 43/80. Ambas as decisões examinaram o fato à luz do CP 279, que tem redação semelhante à do art. 7º, nº IX, da Lei nº 8.137/90.

(18) TACrimSP, "Julgados do TACrimSP" (Lex), 66/211.

fábrica é lugar não destinado ao público consumidor e essa matéria-prima não se encontra disponível para venda direta, sem transformação, ao consumidor.

Eram estas as observações mais importantes que eu tinha a fazer nesta oportunidade, agradecendo ao convite da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), por intermédio de sua Diretoria representada pelos Profs. Drs. Elizabeth Nazar Carraza, Diretora, e Celso Antonio Pacheco Fiorillo, Vice-Diretor. Muito obrigado.